

FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS

JACQUELINE PATRÍCIA RODRIGUES DOS SANTOS

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DA
PRÁTICA DOCENTE

ANÁPOLIS – GO

2019

JACQUELINE PATRÍCIA RODRIGUES DOS SANTOS

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DA
PRÁTICA DOCENTE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica de Anápolis, como requisito essencial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, sob a orientação da Profa. Ma. Allyne Chaveiro Farinha.

ANÁPOLIS – GO

2019

JACQUELINE PATRÍCIA RODRIGUES DOS SANTOS

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DA
PRÁTICA DOCENTE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica de Anápolis, como requisito essencial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, sob a orientação da Profa. Ma. Allyne Chaveiro Farinha.

Data da aprovação: 04/06/2019

BANCA EXAMINADORA

Allyne Chaveiro Farinha
ORIENTADOR

Edna Aparecida de Oliveira
CONVIDADO

Wilian Cândido Corrêa
CONVIDADO

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

EVALUATION OF LEARNING IN CHILDREN EDUCATION

RESUMO: Nesse estudo discute-se a avaliação da aprendizagem na Educação Infantil, que é uma etapa importante do processo de ensino aprendizagem. Dessa forma, ele apresenta histórico, definição, princípios, instrumentos e o papel do professor no contexto do processo avaliativo. A metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, que por meio de um questionário aplicado a professoras da Educação Infantil de Anápolis – GO, possibilitou analisar as dificuldades e desafios do processo de avaliação na Educação Infantil. Nota-se então que a avaliação para essa primeira etapa da educação básica é essencial, pois é o instrumento que permite ao professor acompanhar e intervir positivamente no desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, bem como refletir sobre sua prática.

Palavras-chave: Avaliação. Educação Infantil. Papel do Professor.

ABSTRACT: This study discusses the evaluation of learning in Early Childhood Education, which is an important stage of the teaching-learning process. In this way he presents about the history, definition, principles, instruments and the role of the teacher in the context of the evaluation process. The methodology used was exploratory research with a qualitative approach, in order to analyze the difficulties and challenges of the evaluation process in Early Childhood Education. It is noted that the evaluation for this first stage of basic education is essential, since it is the instrument that allows the teacher to monitor and intervene positively in the development and learning of students, as well as reflect on their practice.

Keywords: Evaluation. Child education. Role of the Teacher.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa apresenta discussões sobre a avaliação da aprendizagem na

Educação Infantil, retratando sua importância para o desenvolvimento integral das crianças, para a qualidade do processo de ensino aprendizagem e para reorientar as práticas pedagógicas nessa etapa.

Partindo da importância e da complexidade do processo de avaliação nessa primeira etapa da educação básica e visto que, durante a prática educativa os pedagogos se deparam com inúmeras dificuldades para realizar a avaliação, questionou-se: Quais são as dificuldades encontradas ao se avaliar a aprendizagem na Educação Infantil? Quais os maiores desafios encontrados por pedagogos nesse processo?

No entanto, na busca de respostas para essas questões, a pesquisa tem como objetivo geral analisar as dificuldades e desafios do processo de avaliação da aprendizagem na Educação Infantil e estabelece como objetivos específicos identificar a forma de avaliação utilizada pelos professores, verificar os instrumentos de avaliação usados no processo avaliativo, analisar os obstáculos encontrados durante esse processo e compreender as transformações do processo avaliativo após as mudanças ocorridas na Base Nacional Comum Curricular.

A fim de alcançar os objetivos e buscar soluções para o problema apresentado, utilizou-se como metodologia a pesquisa exploratória com abordagem qualitativa e a aplicação de um questionário para levantamento de dados. O campo de pesquisa foi o Centro de Formação dos Profissionais da Educação da rede municipal da cidade de Anápolis, na turma do curso de Educação Infantil.

Diante disso, a pesquisa pretende contribuir para a solução de problemas e dificuldades encontradas para a avaliação da aprendizagem dos alunos da Educação Infantil e que interferem na qualidade do processo educativo, bem como a revisão de práticas pedagógicas que possibilitem o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos. Logo, a pesquisa é importante, pois poderá esclarecer dúvidas sobre a avaliação da aprendizagem nessa primeira etapa da educação básica, bem como ajudar os pedagogos a superarem os obstáculos encontrados nesse processo.

Dessa forma, para melhor estruturação da pesquisa, esta encontra-se dividida em tópicos. O primeiro tópico apresenta um breve histórico da Educação Infantil no Brasil, o segundo retrata sobre a formação de professores para a Educação Infantil, o terceiro faz uma abordagem sobre a Avaliação Educacional, Avaliação da aprendizagem na Educação Infantil, o papel do professor na prática

avaliativa e uma reflexão sobre a Base Nacional Comum Curricular. O quarto tópico apresenta a metodologia utilizada nesse estudo e a análise dos dados obtidos através dos questionários.

2 A EDUCAÇÃO INFANTIL

A trajetória histórica da Educação Infantil foi construída a partir de situações sociais concretas. Conforme relata Moura (2007), o atendimento às crianças pequenas no Brasil apresentou várias finalidades. Na fase do descobrimento, esse atendimento se destaca através da educação dos filhos dos índios brasileiros e dos filhos dos portugueses.

No entanto, como destaca Oliveira (2012), com a expulsão dos jesuítas e aumento da população, a criança não era integralmente reconhecida. Desse modo, os filhos ficavam na responsabilidade da família e as crianças órfãs e abandonadas ficavam na responsabilidade de determinadas instituições, assim, “ao longo de muitos séculos, o cuidado e a educação das crianças pequenas foram entendidos como tarefas de responsabilidade familiar, particularmente da mãe e de outras mulheres” (OLIVEIRA, 2007, p. 58).

Até a metade do século XIX, o atendimento às crianças pequenas, de 0 a 5 anos de idade, longe da mãe em espaços formais quase não existia no Brasil. Esse atendimento só foi intensificado após as transformações ocorridas a partir do período republicano no Brasil. De acordo com Oliveira (2007), no início do século XX, com a consolidação da atividade industrial, se tornou necessário admitir um grande número de mulheres para o trabalho nas fábricas. Com isso, era preciso que os filhos das operárias fossem atendidos e, após algumas reivindicações, foram criadas instituições montadas pelas fábricas com a finalidade de atender os filhos das funcionárias. Conforme Oliveira (2012), outro aspecto que colaborou para a criação dessas instituições foi o acolhimento das crianças órfãs e abandonadas.

Nesse sentido, Sommerhalder (2010) descreve que as creches ligadas às fábricas tinham como finalidade atender os filhos das operárias e as creches localizadas nas comunidades tinham como finalidade atender às crianças pobres e abandonadas.

No entanto, Oliveira (2007) ressalta que:

As poucas conquistas ocorridas em algumas regiões operárias não se deram sem conflitos. As reivindicações operárias, dirigidas inicialmente aos donos de indústrias, foram sendo, com o tempo, canalizados para o Estado e atuaram como força de pressão pela criação de creches, escolas maternais e parques infantis por parte dos órgãos governamentais. (OLIVEIRA, 2007, p.97).

Assim, se iniciou um período de renovação e foram criadas regulamentações iniciais de ajuda governamental para o atendimento assistencial às crianças pequenas, que foi a base do sistema escolar.

No Brasil, com o fim do período militar, surgiram discussões para romper com a concepção de creches e pré-escolas como instituições assistencialistas, propondo-lhes então uma função pedagógica para o desenvolvimento integral das crianças.

Ao fim da década de 80, de acordo com Moura (2007), surgiu uma preocupação visando ao atendimento à criança, com relação ao caráter educativo e ao seu direito por uma educação de qualidade. Iniciou-se então a proposta indissociável do cuidar e educar nessa etapa. Assim Oliveira relata:

Lutas pela democratização da escola pública, somadas a pressões de movimentos feministas e de movimentos sociais de lutas por creches, possibilitaram a conquista, na Constituição de 1988, do reconhecimento da educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e um dever do Estado a ser cumprido nos sistemas de ensino. (OLIVEIRA, 2007, p.115).

Dessa forma, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu o atendimento às crianças em creche e pré-escola.

Na década de 90, surgiram novos marcos como a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, que efetivou os direitos das crianças publicados pela Constituição.

Em 1996, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), representando uma conquista histórica no campo da Educação Infantil, pois a estabeleceu como etapa inicial da educação básica. Posteriormente, foi elaborado pelo MEC o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e determinadas pelo Conselho Nacional de Educação as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil. Esses documentos trouxeram transformações significativas em relação à construção e avaliação das propostas pedagógicas na Educação Infantil.

3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Ao compreender o contexto histórico da Educação Infantil observa-se que inicialmente, a formação dos professores para atuar nessa etapa foi inexistente devido a sua concepção assistencialista. Segundo Kishimoto (2004), a formação do professor nesse contexto inicial estava totalmente desassociada da prática profissional. Assim, se torna necessária uma formação adequada e centrada nas necessidades dessa etapa.

Portanto, após diversas transformações se destaca a necessidade da formação inicial dos profissionais que trabalham na Educação Infantil. Acerca desse tema a Lei 9394/96, determina:

Art.62 - A formação de docentes para atuar na educação far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil, e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996).

A partir dessa determinação medidas foram tomadas a fim de possibilitar a formação dos profissionais para o exercício de sua prática pedagógica na Educação Infantil.

Logo, Nunes, Corsino e Kramer (2011) salientam que, para trabalhar na Educação Infantil, os professores devem compreender o desenvolvimento infantil, as questões curriculares e pedagógicas das instituições, bem como sua função social e cultural para realizar a construção das propostas pedagógicas e acompanhar o desenvolvimento de cada criança, juntamente com a família e a sociedade e, para que esses aspectos sejam considerados, a sua formação é essencial.

No entanto, conforme o Parecer nº 20/09, que consta a revisão das diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil, diante de tantas transformações, a Educação Infantil passa por um intenso processo de alteração nas concepções sobre a educação das crianças pequenas, bem como a definição e o fortalecimento de práticas pedagógicas a fim de mediar à aprendizagem e o desenvolvimento das crianças. Ainda de acordo com o Parecer nº 20/09:

Em especial, têm se mostrado prioritárias as discussões sobre como orientar o trabalho junto às crianças de até três anos em creches e

como garantir práticas junto às crianças de quatro e cinco anos que se articulem, mas não antecipem processos do Ensino Fundamental. (BRASIL, 2009, p.02)

Nessa perspectiva, se torna importante a busca constante do aperfeiçoamento da prática docente para a efetivação da qualidade do trabalho educativo com as crianças da Educação Infantil.

Posto isto, Zabalza (2004, p.145) aponta que a formação inicial dos docentes “requer atualizações constantes que capacitem os indivíduos para dar uma resposta adequada ao instável mundo dos novos cenários de trabalho”. Diante disso, observa-se que apenas a formação inicial não é suficiente, visto que os conhecimentos adquiridos não correspondem totalmente à prática, à realidade das instituições, dos alunos e da sociedade. Por essa razão, as instituições de ensino estão requerendo, cada vez mais, a formação continuada dos professores visando a melhoria da qualidade do trabalho pedagógico para melhor atender às crianças da Educação Infantil.

Dessa forma, é fundamental que os professores busquem formação continuada para que possam reorganizar constantemente a sua prática e com isso colaborar, positivamente, com o processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

4 A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

4.1 AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

O ato de avaliar é uma atividade presente no cotidiano do ser humano e este está sempre realizando avaliação das suas ações, como também das diversas situações do dia a dia. Por isso, Micarello (2010, p. 1) afirma que “constantemente somos convocados a exercitar um olhar observador sobre fatos e situações para decidir, com sabedoria, sobre o que deve ser feito”. No âmbito escolar, em todas as etapas é possível observar a presença do ato de avaliar. De acordo com Luckesi:

A avaliação da aprendizagem na escola tem dois objetivos: auxiliar o educando no seu desenvolvimento pessoal, a partir do processo de ensino-aprendizagem, e responder à sociedade pela qualidade do trabalho educativo realizado (LUCKESI, 2002, p. 174).

Portanto, a avaliação é um trabalho realizado para observar, analisar o processo de ensino aprendizagem, identificar conquistas e dificuldades, buscar soluções, realizar intervenções para garantir o desenvolvimento dos alunos e também avaliar o trabalho pedagógico do professor e da instituição de ensino.

Não obstante, evidencia-se que em muitas instituições de ensino, a avaliação serve apenas para obter resultados finais. “Os professores elaboram suas provas para *provar* os alunos e não para auxiliá-los na sua aprendizagem” (LUCKESI, 2002, p. 21). Segundo Luckesi (2002), essa prática pode excluir parte dos alunos por basear-se no julgamento, não lhes oferecendo condições que assegurem sua aprendizagem com qualidade, e essa associação, conforme Haydt (2006), é decorrente de uma concepção pedagógica tradicionalista, na qual a avaliação tem caráter seletivo e competitivo.

Diante de uma concepção pedagógica moderna, a avaliação tem caráter orientador e cooperativo e se apresenta para “verificar em que medida os alunos estão alcançando os objetivos propostos para o processo ensino-aprendizagem” (HAYDT, 2006, p.287).

Assim, de acordo com Gemio (2007), é necessário que a avaliação do processo educativo aconteça de diversas formas e em diferentes momentos. Para tanto, existem diferentes tipos de avaliação, destacando-se: avaliação diagnóstica, avaliação formativa e avaliação somativa.

A avaliação diagnóstica ocorre, geralmente, no início do processo de ensino-aprendizagem. Esta informa sobre o conhecimento prévio dos alunos e sobre as dificuldades apresentadas, se há ou não necessidade de intervenção e indica o ponto de partida para a aquisição de novas aprendizagens. Em relação a essa forma de avaliação, Sant’Anna define:

A partir de uma avaliação diagnóstica segura, providências para estabelecimento de novos objetivos, retomada de objetivos não atingidos, elaboração de diferentes estratégias de reforço (*feedback*), levantamento de situações alternativas em termos de tempo e espaço poderão e deverão ser providenciados para que a maioria, ou quem sabe todos os estudantes aprendam de modo completo as habilidades e os conteúdos que se pretenda ensinar-lhes. (SANT’ANNA, 2014, p. 32-33).

Já a avaliação formativa acontece no decorrer do processo de ensino-aprendizagem. Essa possibilita a análise da aprendizagem do aluno proporcionando

a devida intervenção pedagógica e a adequação de sua prática à realidade e às necessidades identificadas. Sobre a avaliação formativa Sant'Anna determina:

É realizada com o propósito de informar o professor e o aluno sobre o resultado da aprendizagem, durante o desenvolvimento das atividades escolares. Localiza deficiências na organização do ensino-aprendizagem, de modo a possibilitar reformulações no mesmo e assegurar o alcance dos objetivos. (SANT'ANNA, 2014, P. 34).

Por fim, a avaliação somativa, de acordo com Sant'Anna (2014), tem a função de classificar os alunos ao longo e ao final do processo, de acordo com os objetivos propostos. Porém percebe-se que esta prevê que os alunos aprendam todos ao mesmo tempo e da mesma forma, apenas classificando-os.

No entanto, é importante que a avaliação seja feita de forma que promova o desenvolvimento dos alunos no decorrer do processo educativo, assim como afirma (LUCKESI, 2002, p. 23) “[...] avaliação só faz sentido se favorecer a aprendizagem”.

Sendo assim, partindo da importância da avaliação para o desenvolvimento dos alunos, é relevante observar como acontece a prática avaliativa na primeira etapa da educação básica, a Educação Infantil.

4.2 AVALIAR A APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

De acordo com a LDB nº 9394/96, seção II, art. 29, a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, com a finalidade de desenvolver integralmente, nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social, a criança de 0 a 5 anos de idade.

A LDB nº 9394/96 determina também, na seção II, art.31, item 1, que a avaliação deve acontecer através do acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, mas sem o objetivo de promoção. Observa-se assim que, a avaliação é atividade fundamental e relevante nessa primeira etapa, sendo o instrumento que determina se os objetivos propostos estão sendo alcançados, consistindo na análise, observação, reflexão e registros a fim de constatar as dificuldades e as necessidades dos alunos, realizando o acompanhamento e as devidas intervenções, promovendo assim sua aprendizagem e seu desenvolvimento integral, mas sem o objetivo de aprovação ou reprovação.

A avaliação sofreu avanços significativos nos últimos anos, transformando-se, em algumas instituições, de um processo de julgamento em um acompanhamento no qual possibilita o desenvolvimento e aprendizagem significativa das crianças. Assim, Hoffmann (2012, p.13) destaca que, na Educação Infantil, “avaliar não é julgar, mas acompanhar um percurso de vida da criança durante o qual ocorrem mudanças em múltiplas dimensões, com intenção de favorecer o máximo possível seu desenvolvimento”.

Avaliar a aprendizagem na Educação Infantil é permitir ao professor acompanhar o desenvolvimento das crianças, identificar dificuldades e realizar intervenções que favoreçam a aprendizagem. Portanto, “o termo avaliação refere-se a um conjunto de procedimentos didáticos que se estendem por um longo tempo e em vários espaços escolares, de caráter processual e visando, sempre, à melhoria do objeto avaliado”. (HOFFMANN, 2012, p.13).

Os documentos legais que norteiam a Educação Infantil definem como deve ser a avaliação da aprendizagem nessa etapa da educação básica. De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, “a avaliação nessa etapa deve ser processual e destinada a auxiliar o processo de aprendizagem, fortalecendo a autoestima das crianças” (BRASIL, 1998, v. 1, p. 59).

Ainda de acordo com o RCNEI (1998), a avaliação serve como auxílio para reflexão da qualidade da prática pedagógica que é de suma importância no processo educativo. A avaliação é entendida como:

Um conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas e ajustar sua prática às necessidades colocadas pelas crianças. É um elemento indissociável do processo educativo que possibilita ao professor definir critérios para planejar as atividades e criar situações que gerem avanços na aprendizagem das crianças. Tem como função acompanhar, orientar, regular e redirecionar esse processo como um todo. (BRASIL, 1998, v. 1, p. 59).

Verifica-se, portanto, que, a finalidade da avaliação nessa etapa é de assessorar todo o processo educativo. Diante disso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil também destacam que:

A avaliação é um instrumento de reflexão sobre a prática pedagógica na busca de melhores caminhos para orientar as aprendizagens das crianças. Ela deve incidir sobre todo o contexto de aprendizagem: as

atividades propostas e o modo como foram realizadas, as instruções e os apoios oferecidos às crianças individualmente e ao coletivo de crianças, os agrupamentos que as crianças formaram, o material oferecido e o espaço e o tempo garantidos para a realização das atividades. (BRASIL, 2009, p.16).

Então, a avaliação possibilita a reflexão sobre as práticas exercidas em relação ao contexto de aprendizagem das crianças. As Diretrizes ainda estabelecem que as instituições de Educação Infantil devem elaborar métodos para acompanhar a prática pedagógica e para avaliar o desenvolvimento das crianças, garantindo:

- ✓ A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;
- ✓ Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);
- ✓ A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);
- ✓ Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;
- ✓ A não retenção das crianças na Educação Infantil (BRASIL, 2010, p. 29).

A partir do que as Diretrizes estabelecem, para se avaliar a aprendizagem na Educação Infantil faz-se necessária a utilização de instrumentos avaliativos. Em seu artigo, Gemio (2007) aborda sobre alguns instrumentos de avaliação utilizados na Educação Infantil.

A observação se apresenta como sendo o principal instrumento de avaliação, pois oportuniza a investigação e a busca de informações através do conhecimento que se tem sobre a criança e suas ações, expressões, relações, brincadeiras e aprendizagens. Para concretizar essa observação, é importante realizar o registro frequente e diário de tudo o que foi observado. Esse registro pode ser feito através de cadernos, relatórios, fichas, fotos, vídeos, atividades das crianças com síntese das análises e reflexões feitas pelo professor sobre o desenvolvimento da criança.

O relatório de avaliação é o registro de observação sistematizado, ou seja, mais elaborado. Ele descreve a evolução da criança, os avanços, as conquistas, a construção de conhecimento, bem como as descobertas do professor

e do aluno. Esses relatórios normalmente são entregues aos pais para que estes acompanhem o desenvolvimento da criança.

Há também o portfólio que é a coleção das atividades realizadas pela criança durante o processo de ensino-aprendizagem. Através dele, é possível acompanhar a evolução e avaliar o desenvolvimento da criança a partir de suas próprias produções.

De acordo com Oliveira (2012), há ainda as fichas de avaliação que são formulários específicos nos quais o professor avalia e preenche de acordo com os aspectos apresentados. Porém, esse instrumento pode se apresentar descontextualizado da realidade das crianças.

Sendo assim, apresenta-se no tópico a seguir o importante papel do professor ao avaliar a aprendizagem das crianças na Educação Infantil e como deve ser sua prática diante desse processo.

4.3 O PAPEL DO PROFESSOR NA PRÁTICA AVALIATIVA

Diante da trajetória histórica da Educação Infantil, observa-se então que não havia, de fato, a prática avaliativa nessas instituições. Porém, após os avanços ocorridos, principalmente no âmbito pedagógico, a avaliação passou a constituir o planejamento desta etapa.

Para melhor compreender como o professor deve exercer sua prática nessa etapa, Peroza e Martins (2016, p. 821), esclarecem que “na Educação Infantil, a prática pedagógica é determinada, em certa medida, pelo modo como os educadores compreendem a criança e a infância”.

Sendo assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil definem a criança como sujeito histórico e de direitos que constrói sua identidade e produz cultura através das interações cotidianas que vivencia. Isso significa que, no processo educativo, é importante que a criança participe ativamente, ou seja, seja o centro da construção de conhecimento, do planejamento e das práticas pedagógicas da Educação Infantil.

Em vista disso, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil enfatiza:

É, portanto, função do professor considerar, como ponto de partida para sua ação educativa, os conhecimentos que as crianças possuem, advindos das mais variadas experiências sociais, afetivas e cognitivas a que estão expostas. Detectar os conhecimentos prévios das crianças não é uma tarefa fácil. Implica que o professor estabeleça estratégias didáticas para fazê-lo. (BRASIL, 1998, V.1, p. 33).

Assim, se compreende a necessidade de se organizar as propostas pedagógicas e executar ações educativas de qualidade a fim de que as crianças participem de forma ativa e significativa do processo educativo, alcançando os objetivos propostos.

Nesse sentido, Hoffmann (2012) destaca alguns pressupostos básicos para a avaliação na Educação Infantil:

(a) uma proposta pedagógica que vise levar em conta a diversidade de interesses e possibilidades de exploração do mundo pela criança, respeitando sua própria identidade sociocultural, e proporcionando-lhe um ambiente interativo, rico em materiais e situações a serem experienciadas; (b) um professor curioso e investigador do mundo da criança, agindo como mediador de suas conquistas, no sentido de apoiá-la, acompanhá-la e favorecer-lhe novos desafios; (c) um processo avaliativo permanente de observação, registro e reflexão acerca da ação e do pensamento das crianças, de suas diferenças culturais e de seu desenvolvimento, embasador do repensar do educador sobre o seu fazer pedagógico (HOFFMANN, 2012, p.20).

À vista disso, o processo de avaliação da aprendizagem na Educação Infantil acontece através de uma proposta pedagógica que considere os interesses e as possibilidades da criança, através do olhar do professor diante do desenvolvimento da criança, no qual se organiza o processo educativo a fim de que ele alcance os objetivos propostos para essa etapa. Assim, para Hoffman (2012), o professor ao avaliar deve ter consciência de sua prática para promover o desenvolvimento dos alunos.

Portanto, o pedagogo assume um papel importante e desafiador ao realizar o acompanhamento individual de seus alunos e contribuir, através de sua prática e intervenções para que esses desenvolvam suas capacidades. Sendo assim, a avaliação não acontece apenas para avaliar os alunos, ela serve também para que o professor reflita sobre sua prática.

No entanto, para realizar o trabalho pedagógico e a prática avaliativa na Educação Infantil, os professores podem encontrar alguns desafios, principalmente

“em estabelecer relações entre teoria e prática para o desenvolvimento do seu trabalho, apresentando práticas que nem sempre vão ao encontro das necessidades de aprendizagem da criança”, afirmam Masullo e Coelho (2015, p.74).

Para Mansani (2018), outro desafio encontrado pelo professor no processo avaliativo é a dificuldade de compreender a criança como sujeito histórico e social, bem como sua subjetividade, não conseguindo perceber, por completo, a evolução de seus alunos.

Desse modo, se observa que o pedagogo deve possuir uma boa formação para que tenha conhecimento necessário e saiba lidar com as dificuldades encontradas ao avaliar e superar os desafios existentes no processo educativo.

5 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) é um documento de referência para que as instituições de ensino elaborem sua proposta pedagógica. Em sua última versão algumas inovações foram realizadas em relação à Educação Infantil, como reconhecê-la como etapa essencial da Educação Básica – pois se trata de um período fundamental para a construção da identidade e subjetividade da criança, que se torna o centro do processo educativo e, estabelecer campos de experiência e direitos de aprendizagem para as crianças de 0 a 5 anos de idade.

De acordo com a BNCC (2017), os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento que devem ser assegurados para que as crianças tenham condições de aprender e se desenvolver são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. E os cinco campos de experiência que norteiam a proposta pedagógica, possibilitando às crianças aprender e se desenvolver são: o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Para que esses direitos de aprendizagem e campos de experiência sejam contemplados, o professor precisa refletir sobre eles, observar, registrar, planejar sua prática de acordo com o interesse e a necessidade das crianças e mediar o processo educativo, de forma que promova o seu desenvolvimento pleno.

O documento estabelece ainda que é necessário acompanhar tanto as práticas do professor quanto as aprendizagens das crianças, objetivando a

observação das conquistas, possibilidades e aprendizagens de cada criança e de todo o grupo. Por intermédio dos instrumentos avaliativos, como os registros, é possível comprovar o desenvolvimento das crianças, sem a intenção de seleção ou promoção. Esses elementos estão dispostos a reorganizar espaços, tempos e situações para garantir, a todas as crianças, os direitos de aprendizagem. (BNCC, 2017).

6 METODOLOGIA

Para a efetivação deste estudo, a pesquisa utilizada foi a exploratória com abordagem qualitativa, com o objetivo de analisar como acontece o processo de avaliação da aprendizagem na Educação Infantil e identificar a forma de avaliação, os instrumentos utilizados e as dificuldades encontradas pelos professores nesse processo. O campo de pesquisa foi o Centro de Formação dos Profissionais da Educação da rede municipal da cidade de Anápolis, na turma do curso de Educação Infantil.

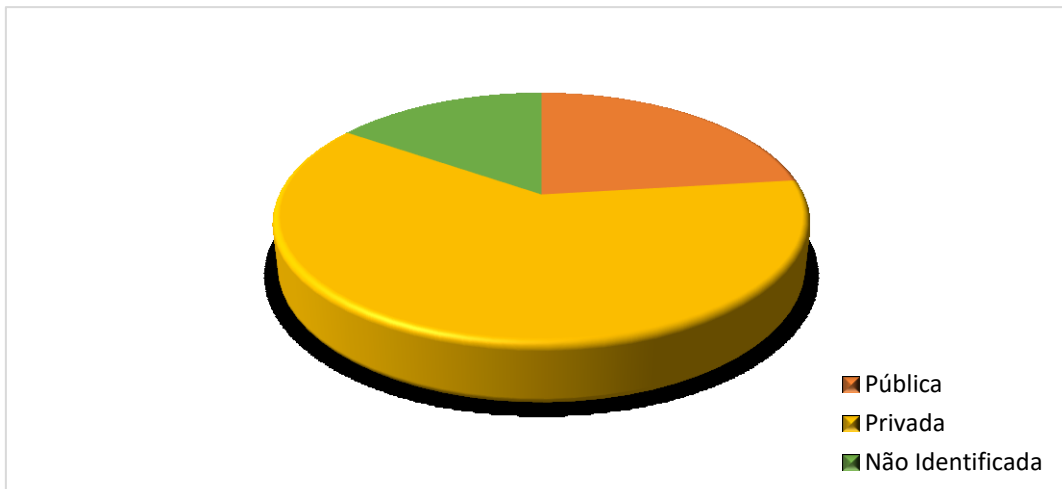
A coleta de dados foi feita através da aplicação de um questionário de pesquisa composto por seis questões, sendo duas objetivas e quatro subjetivas, com a finalidade de obter informações essenciais para compreender o processo avaliativo na Educação Infantil.

Das dezenove cursistas presentes, dezessete responderam ao questionário. Porém, a fim de atender os objetivos da pesquisa, o critério de inclusão utilizado foi analisar apenas os questionários das treze cursistas licenciadas em Pedagogia e atuantes em sala de aula na etapa da Educação Infantil.

6.1 ANÁLISE DOS DADOS

Ao realizar a análise dos dados contidos nos questionários, em relação à instituição em que as professoras trabalham, os dados apresentados no gráfico 1 demonstram que 62% trabalham em instituições da rede privada, 23% em instituições da rede pública e 15% não identificaram. Observa-se, portanto que, apesar do campo de pesquisa ser destinado a profissionais da rede municipal de educação, a maioria das cursistas são professoras da rede privada.

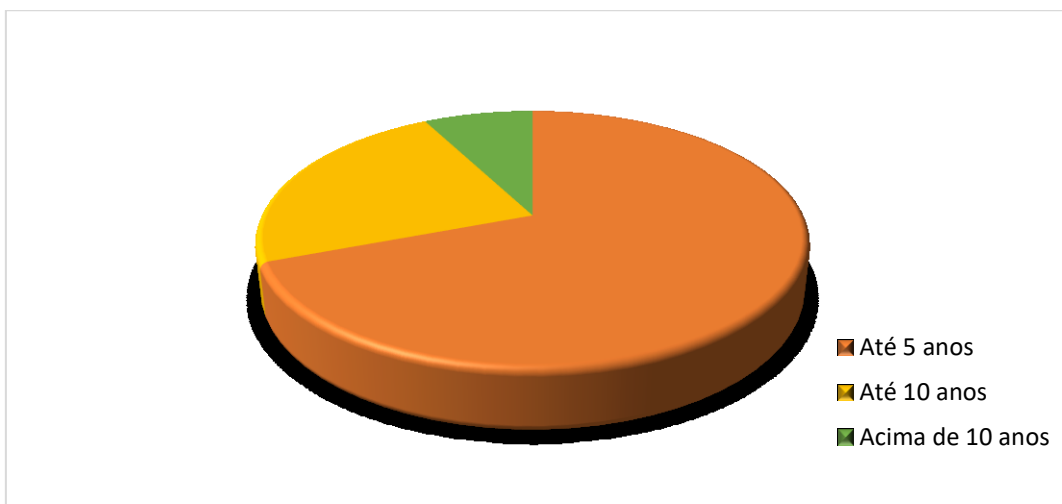
Gráfico 1. A instituição em que as professoras trabalham



Fonte: Questionário aplicado às cursistas.

Sobre o tempo de docência das professoras na Educação Infantil, 69% trabalham há cerca de 5 anos, 23% trabalham há cerca de 10 anos e 8% trabalham há mais de 10 anos nessa etapa. Verifica-se que a maioria das professoras tem cerca de 5 anos de experiência nessa etapa da educação básica, como apresentado no gráfico 2.

Gráfico 2. O tempo de docência das professoras na Educação Infantil

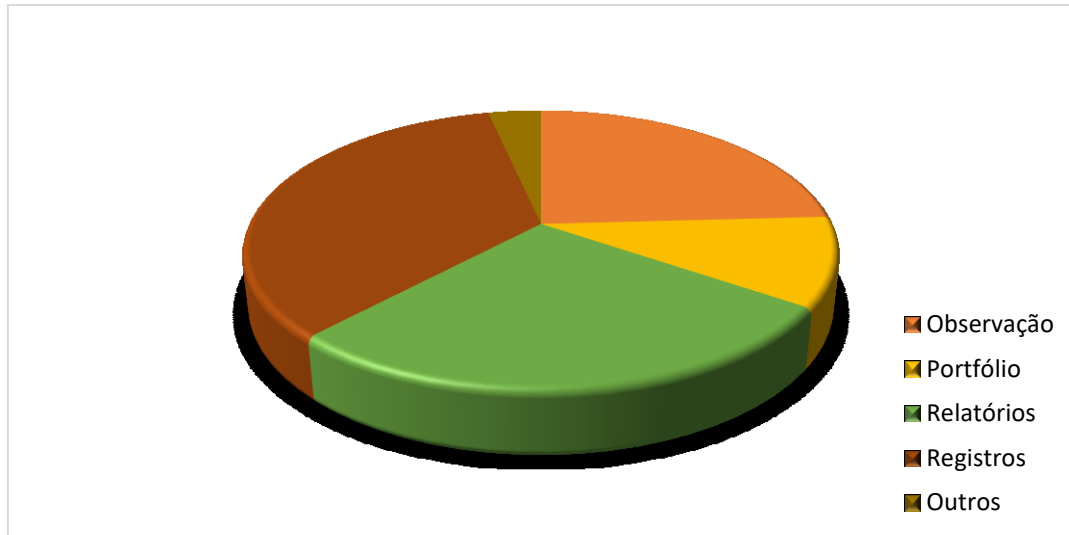


Fonte: Questionário aplicado às cursistas.

No que se refere aos instrumentos avaliativos, conforme assegura Barbosa (2004), a avaliação da aprendizagem na Educação Infantil requer a utilização de instrumentos que auxiliem o professor a observar e conhecer a criança em seu jeito de ser para então promover o seu desenvolvimento. Nesse sentido, o

gráfico 3 demonstra que, em sua prática avaliativa, 35% das professoras utilizam os registros, 28% utilizam os relatórios, 24% utilizam a observação, 10 % utilizam o portfólio e 3% utilizam outros instrumentos.

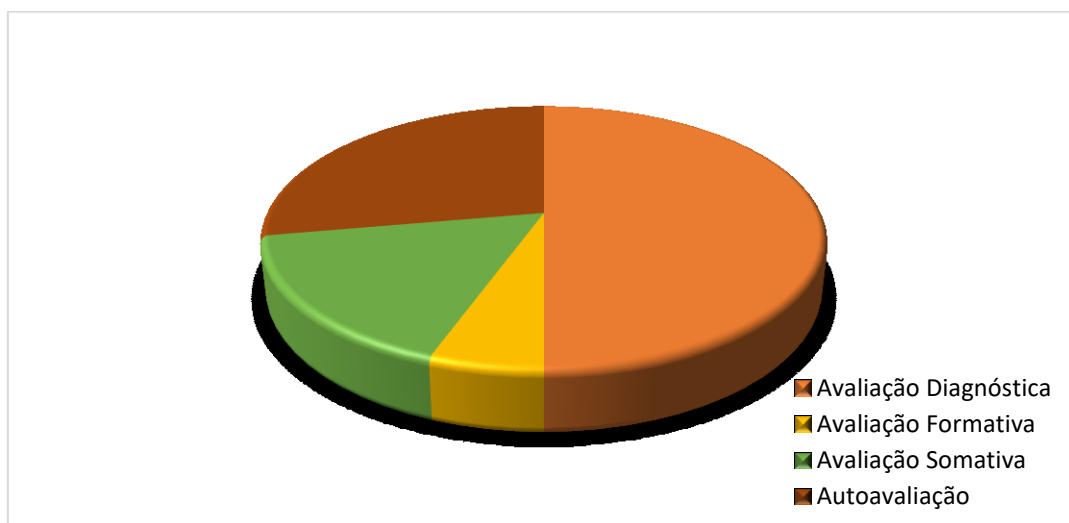
Gráfico 3. Os instrumentos avaliativos utilizados pelas professoras



Fonte: Questionário aplicado às cursistas

Quanto às formas de avaliação, como apresentado no gráfico 4, 50% das professoras utilizam a avaliação diagnóstica, 28 % utilizam a autoavaliação, 17% utilizam a avaliação somativa e 5% utilizam a avaliação formativa.

Gráfico 4. As formas de avaliação utilizadas pelas professoras



Fonte: Questionário aplicado às cursistas.

A partir dos dados apresentados no gráfico acima, percebe-se que

algumas professoras não compreendem o significado da avaliação somativa que, segundo define Rabelo (1998, p.73) “busca observar comportamentos globais, socialmente significativos, determinar conhecimentos adquiridos e, se possível, dar um certificado”. Porém, esta não deve ser utilizada na Educação Infantil, pois a avaliação nessa etapa não tem o objetivo de aprovar ou classificar o aluno. Nota-se também que apenas 1 professora utiliza a avaliação formativa que, de acordo com Rabelo (1998, p.73) “busca informações sobre estratégias de solução dos problemas e das dificuldades surgidas”. Ou seja, esse tipo de avaliação é essencial na Educação Infantil, pois permite o acompanhamento do desenvolvimento dos alunos, mas a maioria das professoras investigadas não a utiliza em sua prática. Observa-se ainda que muitas professoras aplicam a autoavaliação, pois esta é importante para que o aluno observe, analise e julgue o seu próprio desenvolvimento, como ressalta Melchior (1999).

No que diz respeito à importância da avaliação da aprendizagem para a Educação Infantil, quando questionadas, as professoras responderam, de modo geral, que essa serve para nortear o processo de ensino aprendizagem, acompanhar o desenvolvimento da criança detectando avanços e dificuldades, avaliar e reorientar a prática pedagógica. Evidencia-se então que as professoras reconhecem a real importância da avaliação na Educação Infantil, como cita a professora 10: “A avaliação é um instrumento ao qual nos auxilia a perceber os avanços e/ou dificuldades dos educandos. Faz-nos repensar sobre a nossa prática pedagógica também”. Quanto a isso, Plaza e Santos (2015) apresentam que a avaliação nessa etapa é muito importante para o trabalho pedagógico do professor e da escola e para o acompanhamento do processo de desenvolvimento das crianças pequenas.

Ao serem questionadas sobre os desafios encontrados ao avaliar a aprendizagem na Educação Infantil, as professoras relataram alguns fatores que dificultam esse processo. Em sua maioria, destacaram que é saber observar, acompanhar o desenvolvimento e as dificuldades de cada criança individualmente e a falta de tempo.

Sobre “O saber observar, quando e como observar [...]” citado pela professora 5, é possível esclarecer que a observação, de acordo com Pontes e Pessoa (2014) é o principal instrumento pelo qual o professor efetiva sua prática avaliativa durante o processo de ensino aprendizagem, pois pode proporcionar um

olhar mais amplo sobre as crianças e suas particularidades. Por isso a necessidade do professor buscar sempre a formação a fim de obter o conhecimento necessário para sua prática. Quanto a “Acompanhar o desenvolvimento de cada criança individualmente”, apontado pela professora 1, segundo Pontes e Pessoa (2014), é necessário que o professor respeite o seu ritmo e realize intervenções a fim de que se desenvolva de acordo com sua idade e em seu tempo de aprendizagem. Com relação a “Não ter o suporte necessário, tempo para poder dedicar a cada criança na sua particularidade” descrito pela professora 3, Jesus e Germano (2013) esclarecem que a organização da rotina é muito importante, pois cria condições para favorecer o desenvolvimento das crianças.

Com relação à questão da implementação da Base Nacional Comum Curricular, como relata a professora 1: “Ainda não tive acesso a essas mudanças”, observou-se ainda que a maioria das professoras não teve acesso às mudanças previstas para a Educação Infantil, não conseguindo, portanto, responder a essa questão.

Quando questionadas a respeito do papel do professor no processo avaliativo, as professoras responderam que este tem um papel fundamental como observador e mediador no processo de ensino aprendizagem, tendo que avaliar o desenvolvimento da criança e auxiliá-la em suas dificuldades, necessitando estar sempre inovando e traçando novos métodos para ajustar a sua prática e favorecer assim o desenvolvimento dos alunos com qualidade. Percebe-se assim que as professoras reconhecem o verdadeiro papel do professor na prática avaliativa, como esclarece Weisz (2004), ao afirmar que a avaliação não serve apenas para avaliar a aprendizagem do aluno, mas também o trabalho do professor.

Diante das respostas das professoras, fica evidente o sentido da avaliação na Educação Infantil, assim como define Carneiro (2010):

A avaliação na Educação Infantil consiste no acompanhamento do desenvolvimento infantil e por isso, precisa ser conduzida de modo a fortalecer a prática docente no sentido de entender que avaliar a aprendizagem e o desenvolvimento infantil implica sintonia com o planejamento e o processo de ensino. Por isso, a forma, os métodos de avaliar e os instrumentos assumem um papel de extrema importância, tendo em vista que contribuem para a reflexão necessária por parte dos profissionais acerca do processo de ensino. (CARNEIRO, 2010, p. 6).

Desse modo, após a análise dos questionários e apresentação dos resultados compreende-se que a avaliação na Educação Infantil tem a finalidade de acompanhar o desenvolvimento pleno das crianças e o professor tem o papel fundamental de planejar, conduzir, reorientar sua prática, utilizando formas, métodos e instrumentos adequados a fim de superar os desafios encontrados durante o processo, para então favorecer a aprendizagem dos alunos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender o processo avaliativo na Educação Infantil através de pesquisa bibliográfica e aplicação de questionários a docentes atuantes na área.

Diante dos dados obtidos a partir da pesquisa foi possível identificar a forma de avaliação utilizada pelas professoras e verificar os instrumentos de avaliação que aplicam em sua prática. Analisou-se também os desafios que as docentes encontram ao avaliar a aprendizagem na Educação Infantil.

Notou-se que nessa etapa da educação básica, a avaliação deve promover a aprendizagem e o desenvolvimento integral das crianças, bem como nortear o trabalho do professor. Para isso é indispensável a formação inicial e continuada do pedagogo para a realização da prática avaliativa na Educação Infantil, visto que é uma etapa que exige preparação para que esse consiga enfrentar as adversidades presentes nessa etapa.

Observaram-se também as inovações ocorridas na Base Nacional Comum Curricular, houve o reconhecimento da Educação Infantil como etapa essencial para a construção da identidade e subjetividade da criança, que se torna o centro do processo educativo ao estabelecer a necessidade do acompanhamento da prática pedagógica e da aprendizagem e desenvolvimento pleno das crianças. Porém, é preciso que as escolas realizem ações para a propagação dessas mudanças, a fim de que os professores reflitam sobre tais e as utilizem em sala de aula.

Portanto, finaliza-se esse estudo, mas esse não se faz conclusivo, visto que está aberto para novas investigações acerca desse tema.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. C. S. O acompanhamento das aprendizagens e a avaliação. **Revista Pátio Educação Infantil**. Ano II, N° 4. Abr/jul., 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n° 9394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Vol. 1. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 3° versão. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB n. 20, de 11 de novembro de 2009. **Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Seção 1, p. 16, 9 dez. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

CARNEIRO, M. da P. A. K. B. **Processo Avaliativo na Educação Infantil**. Vila Velha – ES. 2010.

GEMIO, A. B. F. **Avaliação na Educação Infantil**. São Paulo, 2007.

HAYDT, R. C. C. **Curso de Didática Geral**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2006.

HOFFMANN, J. **Avaliação e Educação Infantil: Um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

JESUS, D. A. D. de; GERMANO, J. **A importância do planejamento e da rotina na**

Educação Infantil. UEL, 2013.

KISHIMOTO, Tisuko Morchida. **Jogos Infantis – O jogo, a criança e a educação.** 12ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar.** 14 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MANSANI, M.. Como avaliar na educação infantil? **Revista Nova Escola.** 2018

MASULLO, V. F.; COELHO, I. da S. **As dificuldades dos professores na educação infantil – questões estruturais e pedagógicas.** Vol. 4 n°1, p. 72 – 97. UNISANTA Humanitas, 2015.

MELCHIOR, M. C. **Avaliação pedagógica: função e necessidade.** 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.

MICARELLO, H. A. L. da S. **Avaliação e Transições na Educação Infantil.** Belo Horizonte, 2010.

MOURA, E. M. B. **A avaliação na educação infantil e sua relação com os processos de aprendizagem.** Dissertação de Mestrado em Educação. Niterói – RJ: UFF, 2007.

NUNES, M. F.; CORSINO, P.; KRAMER, S. **Educação Infantil: formação de profissionais no estado do Rio de Janeiro (1999-2009).** Rio de Janeiro: Traço e Cultura, 2011.

OLIVEIRA, Nirvana Souza de. **O sentido da avaliação na Educação Infantil: uma análise das percepções e práticas avaliativas nos CEIs e CMEIs de Anápolis – Goiás.** Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, UniEvangélica, Anápolis – GO. 2012.

OLIVEIRA, Z. R. de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos.** 3º Edição. São

Paulo: Cortez, 2007.

PEROZA, M. A. de R.; MARTINS, P. L. O. **A formação de professores para a educação infantil no limiar dos vinte anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96.** Rev. Diálogo Educ., v. 16, n. 50, p. 809-829. Curitiba - PR, 2016.

PLAZA, F. R.; SANTOS, U. E. **Avaliação da aprendizagem na Educação Infantil: Recurso para a prática pedagógica.** UNESP/Presidente Prudente, 2015.

PONTES, E. G.; PESSOA, R. M. L. **A importância da avaliação do desenvolvimento da criança na Educação Infantil.** João Pessoa: UFPB 2014.

RABELO, E. H. **Avaliação: novos tempos, novas práticas.** 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SANT'ANNA, I. M. **Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos.** 17 ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2014.

SOMMERHALDER, A. **A educação e o cuidado da criança: o que advogam os documentos políticos do Ministério da Educação para a Educação Infantil?** São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2010.

WEISZ, T. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem.** 2ªed. São Paulo, SP: Ática, 2004.

ZABALZA, M. A. **O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas.** Trad.: Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2004.